



Estado de Mato Grosso

Prefeitura Municipal de Nova Marilândia

TOMADA DE PREÇOS Nº. 003/2017

PROCESSO ADMINISTRATIVO 032/2017

EDITAL

O **MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA – Estado de Mato Grosso**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida Tiradentes, nº. 211 N, Centro, NOVA MARILÂNDIA - MT, CEP 78.415.000, e-mail: pmnovamaarilandia@hotmail.com, site: www.novamarilandia.mt.gov.br com horário de funcionamento das 07h00min às 13:00hs, de segunda à sexta-feira, fone 0xx – 65 – 3352-1135, através da sua Comissão Permanente de Licitação, designada pela Portaria nº. **038/2017**, faz saber, a todos os interessados do ramo, que realizará licitação na modalidade supracitada que será regida pela Lei Federal Nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e posteriores alterações e pelas condições estabelecidas neste Edital, para seleção da melhor proposta pelo **menor preço global** e consequente contratação de empresa, objetivando a execução da obra adiante especificada. **A forma de execução é indireta e o regime é de empreitada por preço global.**

DO RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES

Dia: 08/12/2017

Hora: 09:00

Local: Sede da Prefeitura Municipal de Nova Marilândia (end. Acima)

Obs.: Nenhum envelope será recebido após o prazo acima estipulado, sem estar fechado com cola e sem o devido preenchimento, conforme segue.

FORMA DE PREENCHIMENTO DOS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA

ENVELOPE Nº. 001
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO

TOMADA DE PREÇO Nº. 003/2017.
Avenida Tiradentes, nº. 211 N, Centro, Nova Marilândia - MT, CEP 78.415.000.

ENVELOPE Nº. 002
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PROPOSTA

TOMADA DE PREÇO Nº. 003/2017.
Avenida Tiradentes, nº. 211N, Centro, Nova Marilândia - MT, CEP 78.415.000.

Avenida Tiradentes, 211N, Centro, CEP: 78.415-000
Fone: (65) 3352-1135 – Site: www.novamarilandia.mt.gov.br
CNPJ: 37.464.989/0001-02





Estado de Mato Grosso

Prefeitura Municipal de Nova Marilândia

- Em hipótese alguma serão aceitos envelopes preenchidos irregularmente, fechados com grampos, abertos, e também entregues fora do prazo.

- Os envelopes devem ser preferencialmente timbrados, caso contrário, deverão trazer a identificação completa da proponente, como segue:

PROPONENTE: RAZÃO SOCIAL E NOME FANTASIA

Endereço completo: _____

CNPJ _____ Insc. Est. _____

Fone: _____ E-mail (se houver) _____

CEP: _____

Nome do Responsável: _____

Obs.: Os envelopes contendo a DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO E PROPOSTA deverão ser entregues na sede da PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA-MT, sob protocolo, no endereço do supracitado, até às **09:00 horas do dia 08/12/2017**.

DO CONHECIMENTO DA OBRA E VISITAÇÃO AO LOCAL DA OBRA

As empresas interessadas por intermédio de pelo menos um de seus Responsáveis Técnico do quadro permanente da Empresa, deverá solicitar ao Presidente da Comissão de Licitação do Município de Nova Marilândia, o **AGENDAMENTO** para efetuar a Visita Técnica à obra objeto da licitação, mediante **ofício protocolado no setor de licitações na Prefeitura Municipal de Nova Marilândia**, com a seguinte documentação:

- Documento de identificação do profissional (cópia autenticada ou cópia e original);**
- Documento que comprove que o técnico faz parte do quadro permanente da Empresa, através de certidão de registro de pessoa física e de pessoa jurídica do CREA atualizada (cópia autenticada ou original);**
- Carta de Credenciamento do profissional que efetuará a visita, com reconhecimento de firma da pessoa que o assinou.**

A visita técnica será nos **dias 05/12/2017 e 06/12/2017 das 07:00 às 13:00h**, sendo acompanhada por representante designado pela Comissão de Licitação do Município de Nova Marilândia, que certificará a visita, expedindo a Declaração de Visita Técnica, que será encaminhada ao Setor de Engenharia, para a expedição do atestado de visita.

Apresentação do TERMO DE VISITA TÉCNICA emitido pela Prefeitura Municipal de Nova Marilândia – MT, ou ainda a declaração de DECLÍNIO DA VISITA TÉCNICA (**ANEXO VII**). A visita deverá ser agendada pela empresa licitante no local objeto desta licitação para os levantamentos necessários ao desenvolvimento dos trabalhos, de modo a não incorrer em omissões que jamais poderão ser alegadas pela contratada em favor de eventuais pretensões de acréscimos de serviços. O agendamento se faz necessário visto a disponibilidade de servidor para acompanhamento. A visita deverá ser realizada por profissional credenciado pela empresa interessada.





Estado de Mato Grosso

Prefeitura Municipal de Nova Marilândia

O Atestado de Visita Técnica estará à disposição das empresas a partir do **2º (segundo) dia útil a data de realização da visita.**

1.0 – OBJETO, DO PRAZO DE EXECUÇÃO E REGIME DE EXECUÇÃO.

1.1- O objeto desta licitação consiste **CONTRATAÇÃO DE UMA EMPRESA NA EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS PARA A CONSTRUÇÃO DE CALÇADAS, MEIO-FIO E SINALIZAÇÃO, DE ACORDO COM O CONTRATO DE REPASSE N° 0348601-22/2010 – MINISTÉRIO DO TURISMO**, tudo conforme PROJETO BÁSICO – desenhos, planilhas orçamentárias e memoriais descritivos, que constitui anexo deste edital e dele faz parte integrante independentemente de sua transcrição.

1.2 - **O prazo de execução da presente obra é de 60 (SESSENTA) dias**, a contar da emissão da ordem de serviços, podendo tal prazo ser prorrogado mediante justificativa, desde que haja interesse público ou ocorra caso fortuito ou de força maior.

1.3 – O regime de execução será o de empreitada por preço global.

2.0 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1 - As despesas decorrentes da execução das obras serão empenhadas na dotação orçamentária:

Secretaria Municipal de Infraestrutura
08.080.01.15.451.0030.1027.4490.51.00.00 f 01240540
028.080.0.1.15.451.0030.1027.4490.51.00.00 f 0100

3.0- DAS RESTRIÇÕES E CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1 - Das restrições

3.1.1 - Não poderá participar da presente licitação empresa:

- a) Declarada inidônea de acordo com o previsto no inciso IV do art. 87 da Lei Federal 8.666/93 e que não tenha restabelecido sua idoneidade;
- b) Com falência decretada, em concordata ou em processo de encerramento de atividades;
- c) Consorciada;
- d) Que tenha como sócio ou proprietário servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

3.2 - DAS CONDIÇÕES

3.2.1. Poderão participar desta licitação as empresas que atenderem as condições deste Edital e apresentarem proposta na data, prazo e local, indicado no capítulo I deste Edital.

3.2.2 A empresa interessada em participar poderá tempo hábil apenas em enviar sua proposta ou encaminhar a mesma através de seu representante legal.

Avenida Tiradentes, 211N, Centro, CEP: 78.415-000
Fone: (65) 3352-1135 – Site: www.novamarilandia.mt.gov.br
CNPJ: 37.464.989/0001-02





Estado de Mato Grosso

Prefeitura Municipal de Nova Marilândia

3.2.3. Qualquer manifestação em relação a presente licitação fica condicionada à apresentação de documento de identificação e instrumento público ou particular de procuração, com firma reconhecida, e, ainda, cópia autenticada do contrato social, em se tratando de dirigente, sócio, proprietário ou assemelhado da empresa. Esta documentação que comprova a legitimidade do representante deverá ser apresentada fora do invólucro na sessão de abertura.

3.2.4. A não apresentação ou incorreção do documento de que trata o subitem anterior não implicará na inabilitação da licitante, mas impedirá o representante de se manifestar e responder pela mesma.

3.2.5. Poderá estar presente mais de um representante autorizado de cada licitante, porém apenas um único participará dos trabalhos.

3.2.6. Não será admitida a participação de um mesmo representante para mais de uma empresa licitante.

3.3. Das condições de participação de microempresa e empresa de pequeno porte

3.3.1 - A microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar declaração de comprovação de enquadramento em um dos dois regimes, para que possa ter o benefício do tratamento diferenciado e favorecido na presente licitação, na forma do disposto na Lei Complementar nº. 123 de 14/12/2006, conforme Minuta de Declaração de ME/EPP, (**ANEXO IX**).

3.3.2. Para a habilitação, as ME e EPP deverão apresentar, **mesmo se contiver alguma restrição, toda a documentação constante dos itens 3.4.1.1, 3.4.1.2, 3.4.1.3, 3.4.1.4 e 3.4.1.5**, que será devidamente conferida pela Comissão. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de cinco dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente ME ou EPP for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa. Incluído por determinação do Decreto nº. 6.204/2007.

3.3.3. A falsidade de declaração prestada objetivando os benefícios da Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006 caracterizará o crime de que trata o art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções prevista no item 15.1 deste edital.

3.4. – REQUISITOS PARA AS EMPRESAS NÃO CADASTRADAS

3.4.1 – As empresas não cadastradas deverão requer o cadastramento nos moldes deste edital, e para tanto deverão, juntar a documentação a seguir relacionada:

3.4.1.1- Habilitação Jurídica:

- a) **Requerimento de empresário individual**, no caso de empresa individual;
- b) **Ato constitutivo, estatuto ou contrato social** em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresariais e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de





Estado de Mato Grosso

Prefeitura Municipal de Nova Marilândia

eleição de seus administradores; (Deverá ser apresentadas todas as alterações **ou a última alteração consolidada** e devidamente autenticada).

- c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- e) **Identidade e CPF** de todos os sócios.
- f) No caso de Microempresa e empresa de pequeno porte, a **declaração de enquadramento registrado** na JUNTA COMERCIAL.

3.4.1. 2 - Documentos relativos à regularidade fiscal

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – **CNPJ**.
- b) **Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal**, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto da presente Licitação;
- c) **Prova de Regularidade com a Fazenda Federal** (Certidão Negativa de Débitos ou outra equivalente);
- d) **Prova de regularidade com a Fazenda Estadual** (Certidão de Tributos e Contribuições) **Prova de regularidade com a Fazenda Municipal**, do domicílio da licitante;
- e) **Prova de regularidade** relativa à Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (**CRF-FGTS**).
- f) **Certidão negativa de débitos trabalhistas –TST**.

3.4.1.3– Documentos relativos à qualificação técnica profissional e operacional

3.4.1.3.1– Prova de Registro e quitação com o Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (**CREA**) do lugar da sede da proponente, **REFERENTE A PESSOA JURÍDICA E SEUS RESPONSÁVEIS TÉCNICOS**, relativo ao exercício corrente; (havendo proponente de outros Estados, o registro deverá estar vistados pelo CREA – LOCAL);

3.4.1.3.2 – Comprovação de aptidão em nome DA EMPRESA para desempenho de atividades pertinentes e compatíveis em prazos, volumes quantitativos, características e prazos com os serviços objetos na licitação, que será demonstrada através da apresentação de **atestados fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado. (este atestado deverá ser elaborado em papel timbrado da pessoa jurídica de direito público ou privado fornecedora do mesmo e deverá ser original ou autenticado e estar devidamente assinado e carimbado)**;

3.4.1.3.3 - Comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data da licitação, o **profissional de nível superior** detentor de **atestado de responsabilidade técnica e/ou certidão por execução de obra ou serviço** de característica semelhante às relacionadas acima.

3.4.1.3.3.1 - Será sempre admitida a comprovação de aptidão através de **certidões ou atestados** (devidamente certificados pela entidade profissional competente (CREA) Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia), com Acervo Técnico, **que comprove a execução de obra**





Estado de Mato Grosso

Prefeitura Municipal de Nova Marilândia

similar) do **ENGENHEIRO RESPONSÁVEL** de obras ou **serviços similares** de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior às previstas no presente Edital;

3.4.1.3.4 - Declaração formal, da disponibilidade de aparelhamento técnico, adequado e necessário, à realização do objeto ora licitado, sob as penas cabíveis, bem como de ter tomado conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações do objeto da licitação. **(ANEXO X)**

3.4.1.3.5 - Comprovação (através de cópia do livro de registro de empregado, bem como da CTPS, ou através de contrato de prestação de serviços de exclusividade) de possuir profissional (ais) qualificado (os) de nível superior ao acompanhamento da execução da obra.

3.4.1.3.6 - Acervo técnico fornecido pelo CREA dos profissionais disponibilizados, compatível com o objeto da licitação.

3.4.1.4 - Documentação relativa à avaliação econômico-financeira

- a) Certidão negativa de falência expedida pelo Cartório Distribuidor** da sede da pessoa jurídica, (com prazo de expedição não superior a **30 (trinta) dias** da data de abertura do envelope).
- b)** Balanço Patrimonial do ano de **2016**, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios. Art. 31, inciso I da 8.666/93.

A comprovação de boa situação financeira da proponente, através dos seguintes itens contábeis:

e)- A comprovação de boa situação financeira da proponente, através da apresentação dos índices de liquidez corrente e índice de liquidez geral, extraídos das demonstrações financeiras do último exercício social, calculados da seguinte forma:

e-1) Índice de Liquidez Corrente calculado pela fórmula:

$$ILC = \frac{AC}{PC}$$

Onde:

ILC = Índice de Liquidez Corrente

AC = Ativo Circulante

PC = Passivo Circulante

Somente serão cadastradas as empresas que obtiverem Índice de Liquidez Corrente igual ou maior que 1,00 (um inteiro) apurados no balanço apresentado.





Estado de Mato Grosso

Prefeitura Municipal de Nova Marilândia

e-2) Índice de Liquidez Geral calculados pela fórmula:

$$ILG = \frac{AC + RLP}{PC + ELP}$$

Onde:

ILG = Índice de Liquidez Geral

AC = Ativo Circulante

RLP = Realizável a Longo Prazo

PC = Passivo Circulante

ELP = Exigível a Longo Prazo

Somente serão cadastradas as empresas que apresentarem Índice de Liquidez Geral igual ou maior que 1,00 (um inteiro) apurados no balanço apresentado.

e-3) Solvência Geral calculados pela fórmula:

$$SG = \frac{AT}{PC + ELP}$$

Onde:

SG = Solvência geral

AT = Ativo total

PC = Passivo Circulante

ELP = Exigível a Longo Prazo

Somente serão cadastradas as empresas que apresentarem Índice de Solvência Geral igual maior que 1,5 (um e meio) apurados no balanço apresentado.

3.4.1.4.1 - As demonstrações deverão estar devidamente assinadas por Contador com identificação do número do seu Registro Profissional /carimbo.

3.4.1.5 – Documento relativo à regularidade em relação ao inciso XXXIII, art. 7º, CF/88 – Lei 9.854 de 27/10/99.

- a) A comprovação de que a atividade da empresa não contraria o retrocitado dispositivo constitucional, será feita através de Declaração (**ANEXO –III**), sob as penas da Lei.

3.4.1.6 - Declaração que não possui em seu quadro societário Servidor Público da ativa, ou empregado de Empresa Pública ou de sociedade de economia mista, inclusive consultoria e assistência técnica, em atendimento à vedação disposto no Art. 20, XII da Lei Federal n. 12.465/2011.

3.5 – Da forma de apresentação dos documentos

3.5.1- Os documentos acima mencionados poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por Cartório Competente ou publicação em órgão de imprensa oficial.





Estado de Mato Grosso

Prefeitura Municipal de Nova Marilândia

3.5.2 - AS CERTIDÕES EMITIDAS ATRAVÉS DA INTERNET FICARÃO SUJEITAS A CONFIRMAÇÃO.

3.5.3 - Para facilitar sua conferência, a documentação deverá ser apresentada na ordem disposta neste edital.

4.0 - DA PROPOSTA DE PREÇOS 4.1 – O envelope PROPOSTA DE PREÇOS (**CONFORME ANEXO II**) conterà 01 (uma) via original da proposta, preferencialmente em papel timbrado da empresa ou com a identificação por via impressa ou através de carimbo padronizado, datada e assinada pelo representante legal e deverá observar o seguinte:

a) – Preço proposto expresso em moeda corrente nacional (Reais - R\$), apresentado em algarismos (por item) e por extenso (no caso do preço total), **organizados em planilhas que demonstrem quantitativos e especificações**, além da proposta conforme anexo II.b) – Prazo de validade da PROPOSTA DE PREÇOS em dias consecutivos, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias corridos, contados da data de sua respectiva abertura do envelope.c) – Resumo dos preços, de acordo com as planilhas de quantitativos estimativos que compõe o projeto básico.d) - Cronograma físico e financeiro.

4.1.1 – Os itens “c e d” (**planilhas e cronograma**) deverão ser assinadas pelo Responsável Técnico bem como constar o número do **Registro no CREA do Profissional**.

e)- Quadro Resumo dos Encargos Sociais e Trabalhistas adotados pelo Concorrente (**ANEXO XII**)

f)- Composição do LDI(antigo BDI) – lucro e Despesas Indireta- adotada pela Licitante (**ANEXO XIII**)

4.2 – Nos preços propostos estarão inclusos todos os custos de transportes, carga e descarga de materiais, despesas de execução, mão-de-obra, encargos sociais, custos trabalhistas e previdenciários, taxas, impostos, tributos, lucros e quaisquer outros encargos e/ou custos que incidam sobre os serviços e obras contratadas.

4.3 – A proposta deverá estar rigorosamente de acordo com as exigências deste edital, com redação clara, sem rasura, emenda ou entrelinhas.

4.4 – Se houver divergência entre os preços em algarismos e os especificados por extenso, permanecerão estes últimos.

4.5 – A proposta deve ser, em todos seus aspectos, absolutamente legível, sob pena de desclassificação.

4.6 - Uma vez entregue e abertos os envelopes PROPOSTA, não será aceito cancelamento ou alteração das condições estipuladas.

4.7- As impugnações das licitantes contra as ofertas dos seus concorrentes poderão ser formuladas durante a reunião de abertura das propostas desde que o impugnante detenha poderes para tal.

R\$-180.386,85 (cento e oitenta mil trezentos e oitenta e seis reais e oitenta e cinco centavos).

5.0 - DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO 5.1 - O critério de escolha da proposta vencedora será o de **menor preço, levando-se em conta o valor global da proposta.**

5.2 - Em caso de empate entre duas ou mais propostas, o critério adotado para desempate será o de sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedados qualquer outro processo.





Estado de Mato Grosso

Prefeitura Municipal de Nova Marilândia

5.3 - Serão desclassificadas as propostas que:

- a) não atenderem as exigências do edital de convocação;
- b) apresentarem preços excessivos ou manifestamente inexequível, nos moldes da lei de licitação

5.4 - Não serão levados em consideração qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, nem preços e vantagens baseados nas ofertas das demais licitantes.

5.5 Critérios de julgamento quando da participação de microempresa.

5.5.1. – No julgamento das propostas considerar-se-á vencedor aquele licitante que, obedecendo às condições e especificações estabelecidas neste Edital, apresentar o **“MENOR PREÇO GLOBAL”**, **ressaltando a preferência** de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do item 11 do Edital.

5.5.2. – Serão consideradas microempresas ou empresas de pequeno porte a sociedade empresária, a sociedade simples e o empresário a que se refere o art. 966 da Lei N.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002, devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, na forma prevista na Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006.

5.5.3. – Será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

5.5.4. – Entendem-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam até **10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada.**

5.5.5. – Para efeito do disposto no art. 44 da lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

5.5.6. – A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

5.5.7. – Não ocorrendo à contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma prevista no sub-item anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese dos §§ 1º e 2º do art. 44 da Lei Complementar N.º 123/06, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

5.5.8. – No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos §§ 1º e 2º do art. 44 da Lei Complementar N.º 123, será realizado sorteio entre elas para que se identifique àquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.5.9. – Na hipótese da não contratação nos termos previstos no caput do art. 45 da Lei Complementar N.º 123/06, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.





Estado de Mato Grosso

Prefeitura Municipal de Nova Marilândia

5.5.10. O disposto no art. 45 da Lei Complementar N.º 123/06, somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

6.0 - DO PROCESSAMENTO DA LICITAÇÃO 6.1 – No dia, hora e local previstos no preâmbulo deste Edital, reunir-se-á a CPL, com a incumbência de processar o julgamento do certame, quando passarão a ser examinados e abertos os envelopes contendo a DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO.

6.2 – Não haverá tolerância quanto ao horário.

6.3 – Os representantes presentes serão convidados a entregarem à CPL suas credenciais nos moldes do item 6.3.2, que deverão estar em mãos.

6.3.1 – Se a procuração estiver junto com os documentos, dentro do envelope, o representante só poderá se manifestar após a abertura do envelope e verificação da conformidade da mesma.

6.3.2 - A procuração deverá ser específica e deverá conter a autorização expressa para assinar documentos, e se for o caso, desistir de recursos, conforme ANEXO - IV.

6.3.3 - Ao representante que não estiver munido do documento disposto no item anterior e na forma por ele exigido, não será dado o direito de manifestação, podendo, entretanto, a tudo assistir.

6.3.4 - O representante legal (sócio ou proprietário) devidamente identificado nos documentos de habilitação, não necessita de procuração, conforme dispõe este item.

6.4 – Analisadas as credenciadas e estando as mesmas preenchendo as formalidades, serão lançados em Ata os nomes dos representantes legais, segundo as firmas licitantes.

6.5 - Cumprida a apresentação das credenciais, passar-se-á ao exame e abertura dos envelopes contendo a documentação para habilitação.

6.6 – Em nenhuma hipótese será concedido prazo para apresentação de documentos de habilitação exigido no Edital e não apresentado na reunião destinada à habilitação, juntamente com os demais documentos que contenha o envelope.

6.7 – O Presidente convocará os membros da CPL e a todos os licitantes presentes a assinarem o fecho dos envelopes das PROPOSTA DE PREÇOS, que manterá fechado até que se aprecie os documentos de habilitação.

6.8 - Aberto os envelopes contendo a DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO, todos os documentos neles contidos serão primeiramente vistados pela CPL, depois os representantes também deverão vistá-los.

6.9 – Em seguida a CPL analisará os documentos de "HABILITAÇÃO, passando os mesmos aos representantes credenciados para que também procedam ao exame, considerando habilitada a firma licitante cuja documentação esteja em consonância com o exigido no item 3.4 e seus subitens deste Edital.





Estado de Mato Grosso

Prefeitura Municipal de Nova Marilândia

6.10 - Será inabilitada as empresas que:

- a) deixar de apresentar qualquer dos documentos especificados no item 3.5 letra **a** e **b** (b-1 a b-8); e item 3.6;
- b) que apresentar documento com defeito e desde que o vício não possa ser sanado pela Comissão Permanente de Licitação;
- c) que apresentar documento sem autenticação ou desacompanhado das originais para comprovação da sua veracidade;

6.11 - A CPL, a seu critério, poderá proclamar o resultado da habilitação ou inabilitação, na mesma Sessão ou poderá fazê-lo em outra data, ficando obrigada a comunicar a todos os licitantes sua decisão.

6.12 - Se o resultado da fase de habilitação for proclamado na mesma Sessão de Habilitação e estando todas as empresas participantes representadas, e ainda, havendo desistência expressa de recursos por parte de todas, e mais, havendo interesse da CPL, poderão, na seqüência serem abertos os envelopes dizendo conter as PROPOSTAS DE PREÇOS.

6.13 - Não havendo possibilidade jurídica ou interesse por parte da CPL em dar prosseguimento aos trabalhos na mesma Sessão, os envelopes dizendo conter as propostas serão abertos numa outra Sessão, para qual todos serão previamente convocados.

6.14 - No caso de não ser os envelopes com as PROPOSTA DE PREÇOS, abertos na mesma Sessão, estes ficaram sob a guarda da CPL, que deverá conservá-los intactos até o momento marcado para sua abertura.

6.15 - A empresa inabilitada, no caso de expressa desistência de recursos ou mantido o resultado, terá seu envelope de PROPOSTAS DE PREÇOS, devolvido sem violação.

6.16 - A CPL, poderá diligenciar em qualquer fase do processo a fim de elucidar qualquer dúvida que venha surgir com relação ao certame em questão.

6.17 – Estando todos os representantes presentes, será solicitada a desistência de recurso, que poderá ser consignada em ata, a fim de agilizar a finalização do certame.

6.18 – De tudo se lavrará ata circunstanciada.

6.19 - Dos atos praticados na fase de habilitação cabe recurso nos termos do art. 109 da Lei 8.666/93.

6.20 - Superada a fase de habitação passar-se-á ao julgamento das propostas, que deverá observar o seguinte:

6.20.1 – Havendo possibilidade jurídica, segue na mesma Sessão de abertura dos envelopes dizendo conter a DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO, o julgamento das propostas.

6.20.1.1 - Não havendo possibilidade jurídica, no dia, hora e local designado, tendo todas a empresas habilitadas sido convocadas, reunir-se-á a CPL, com incumbência de proceder à abertura dos envelopes e o julgamento das PROPOSTA DE PREÇOS.





Estado de Mato Grosso Prefeitura Municipal de Nova Marilândia

6.20.2 – Não haverá tolerância para o horário acima marcado.

6.20.3 – Serão convidadas as firmas licitantes habilitadas, através de seus representantes legais, para apresentarem, ou confirmarem suas respectivas credenciais, bem como confirmarem os fechos indevassáveis dos envelopes contendo as PROPOSTAS DE PREÇOS.

6.20.4 – Analisadas ou confirmadas as credenciais e estando as mesmas preenchendo as formalidades, após a verificação dos fechos dos envelopes PROPOSTA DE PREÇOS, serão lançadas em Ata os nomes dos representantes legais segundo as firmas licitantes e a confirmação de que os fechos dos envelopes estão intactos.

6.20.5 – Após a abertura dos envelopes PROPOSTA DE PREÇOS não mais caberá inabilitação de firma licitante, salvo em razão de fatos supervenientes, conhecidos somente após o julgamento da habilitação.

6.20.6 – Aberto os envelopes PROPOSTA DE PREÇOS, todos os membros da CPL e representantes presentes analisarão seus conteúdos, devendo vistar todas as folhas.

6.20.7 - Nenhum outro critério de julgamento, que não o de **menor preço**, será utilizado, ainda que seja mais vantajoso.

6.20.8 - Será desclassificada a proposta que

- a). Apresentar vantagem sobre os preços dos demais licitantes ou que apresentar preços manifestamente inexequíveis.
- b). Que for incompatível com o edital ou que por qualquer motivo inviabilize sua análise, entretanto se o erro for sanável, será resolvido pela CPL.
- c). Que for considerada inexequível.

6.20.09 - Havendo divergência entre o valor numérico e o valor por extenso, prevalecerá este último.

6.20.10 - Verificada a conformidade das propostas, será considerada vencedora a empresa que apresentar proposta de **MENOR PREÇO, levando-se em conta o valor global da proposta.**

6.20.11 - As propostas serão classificadas ordinariamente de forma crescente em relação ao preço global ofertado.

6.20.12 - Em caso de empate entre duas ou mais propostas o critério de desempate será o de sorteio em ato público para o qual todas as participantes serão convocadas, ou na mesma Sessão, caso haja possibilidade jurídica.





Estado de Mato Grosso

Prefeitura Municipal de Nova Marilândia

6.20.13 - Será solicitado pelo presidente, caso todos estejam presentes na Sessão de julgamento das propostas, a desistência expressa de recurso, que se aceita, será lavrada em ata, que deverá ter a assinatura do desistente ao final.

6.20.14 – De tudo lavrar-se-á ata circunstanciada.

6.20.15 – Dos atos praticados na fase de julgamento das propostas, desde que não haja concordância por parte do prejudicado, cabe recurso nos termos do art. 109 da Lei 8.666/93.

7.0 – DOS RECURSOS E DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL 7.1 – Os recursos, que devem ser fundamentados, permitidos apenas aos licitantes, deverão ser encaminhados ao Prefeito Municipal, através da CPL, dentro do prazo do art. 109 do Estatuto Licitatório, de Segunda à Sexta-feira, das 08h00min às 11h30min, para o endereço especificado no preâmbulo deste edital.

7.1.1 – Interposto o recurso, a CPL avaliá-lo-á, e comunicará a todos os demais licitantes, que poderão impugná-lo.

7.1.2 – Decidindo a CPL pela manutenção da decisão, fará subir o recurso para a autoridade competente, no caso, o Prefeito Municipal, que será a última instância administrativa.

7.2 – **Até cinco dias úteis antes da data marcada para abertura do envelope de habilitação**, qualquer cidadão poderá impugnar os termos deste edital por ilegalidade. **Para o licitante o prazo é de até 2 (dois) dias úteis antes da data** marcada para abertura dos envelopes de habilitação.

8.0 – DA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO 8.1 – Divulgado o resultado da licitação e transcorrido o prazo recursal em branco, o processo será encaminhado à autoridade superior para homologação.

8.1.1 – Caso haja manifestação expressa pelos licitantes de renúncia do recurso e do próprio prazo de recurso, o processo poderá ser encaminhado imediatamente para sua homologação. 8.2 – Tendo o processo sido homologado, o objeto da licitação será adjudicado ao vencedor do certame. 8.2.1 – Em nenhuma hipótese o objeto será adjudicado a mais de um vencedor. 8.3 – Caso à adjudicatária (primeira classificada) declinar do direito à contratação do objeto licitado, o MUNICÍPIO poderá revogar a licitação ou convocar os demais licitantes remanescentes na ordem crescente de classificação, para que, desejando, contratar com a contratante o façam, obedecidas todas as condições e preços da proposta da primeira classificada.

8.4 - **A adjudicatária que vier a desistir da contratação, sem que para isso apresente motivo aceito pela administração, incorrerá na multa de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) em favor da administração, devendo ser recolhida aos cofres do Município no máximo em 5 (cinco) dias a contar da sua aplicação.**

8.5 – O não pagamento da multa no prazo estabelecido implicará na inscrição em dívida ativa e a consequente cobrança judicial, sem prejuízo das demais sanções cabíveis, inclusive indenização por danos sofridos.

8.6 - O disposto no item 8.4 não se aplica aos licitantes remanescentes que vierem a ser convocados para contratar nas condições do primeiro classificado.

9.0 - DO VALOR, DO IRREAJUSTAMENTO E DO PAGAMENTO. 9.1 – O valor contratual será aquele global constante da proposta da vencedora e em nenhuma hipótese será reajustado dentro do prazo de validade da mesma ou da execução, que será o de vigência do contrato.

9.1.1 – Poderão, contudo, os preços serem reajustados, nos moldes da lei, caso, por algum motivo o prazo da execução seja prorrogado por mais de 01 (um) ano.

9.1.1.1 – No caso de reajustamento dos preços, por variação de custos, o índice a ser utilizado será o do SINDUSCON/MT.





Estado de Mato Grosso

Prefeitura Municipal de Nova Marilândia

9.2 - O pagamento será efetuado, de acordo e proporcionalmente às medições realizadas e aprovada pela autoridade competente, em conformidade com o cronograma de desembolso do plano de trabalho

9.3 - Os pagamentos estão condicionados a apresentação das respectivas faturas.

9.4 - As empresas regularmente inscritas nos simples deverão apresentar documentos comprobatórios, para os fins de retenções de impostos. **10.0 - DAS OBRIGAÇÕES E PENALIDADES**

10.1 - A adjudicatária será convocada, em tempo, para retirar a nota empenho e assinar o contrato.

10.2 - Decorridos 02 (dois) dias úteis após a convocação oficial para recebimento da Nota de Empenho e assinatura do contrato (ANEXO V), sem que o licitante assim proceda, reserva-se o Município o direito de convocar os licitantes remanescentes, na ordem de Classificação, para fazê-lo em igual prazo e condições apresentados pelo primeiro classificado, sem prejuízo de outras sanções legais.

10.3 - A execução da obra **iniciar-se-á, em até 05 (cinco) dias** após a expedição da Ordem de Serviços;

10.4 - Efetivada a adjudicação, o proponente que se recusar a assinar o contrato e/ou executar o objeto, bem como vier a fazê-lo fora das condições e especificações inicialmente por ele propostas, estará sujeito a rescisão do contrato, sem prejuízo das seguintes penalidades, a critério da administração:

- a) advertência;
- b) multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, sobre o valor da adjudicação, aplicada no máximo até um terço desse valor;
- c) suspensão de até dois anos do direito de licitar com a Administração Municipal de Nova Marilândia.

10.5 - Expirado o prazo proposto para início da execução da obra, sem que a adjudicatária o cumpra, iniciar-se-á a aplicação da multa correspondente a 0,50% (meio por cento) por dia de atraso, sobre o valor total da respectiva Nota de Empenho.

10.6 - A multa prevista no item anterior será aplicada até o limite de 30% (trinta por cento) sobre o valor total da adjudicação, o que não impede, a critério da Administração do Municipal, a aplicação das demais sanções a que se refere o item.

10.7 - As multas serão descontadas dos créditos da Contratada e na impossibilidade serão inscritas em dívida ativa e cobradas judicialmente.

11. - DO CONTRATO, MULTAS E SEUS ASPECTOS 11.1 - Será celebrado contrato com a empresa vencedora desta licitação, observando o critério de menor preço, relativo às obras e serviços constantes do ANEXO - I.

11.2 - Ao licitante que não cumprir as obrigações contratuais assumidas ou preceitos legais, fica sujeito às penalidades descritas no item 10.0 deste edital.

11.3 - O cancelamento da execução terá lugar de pleno direito independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial quando a empresa adjudicatária:

a) - Falir, entrar em concordata, concurso de credores, dissolução ou liquidação; b) - No caso de interesse público de alta relevância ou caso fortuito ou força maior, em qualquer caso devidamente comprovado.





Estado de Mato Grosso

Prefeitura Municipal de Nova Marilândia

11.4 – As multas serão descontadas das respectivas faturas, podendo ser restituídas se, na medição final dos serviços for constatada a recuperação do atraso ou da falha.

11.4.1 - As multas serão aplicadas até no máximo 30% (trinta por cento) do valor da proposta.

11.5 – Sob nenhum pretexto o Município pagará indenização à Contratada por encargos resultantes da Legislação Trabalhista e da Previdência Social.

11.6 – Na minuta do contrato estão contidas obrigações e responsabilidade das partes, e deste já fazem parte integrante deste edital.

11.7 – Integrarão o contrato, dele fazendo parte como se estivesse transcrito: a) Projeto básico; b) Este Edital; c) Proposta da empresa vencedora.

12.0 – DAS MEDIÇÕES E PAGAMENTOS 12.1 – As medições serão efetuadas de acordo com as seguintes condições:

12.1.1 - Os serviços relacionados na Planilha de Quantitativos e Preços serão mensalmente medidos. Os quantitativos desses serviços, constantes da proposta da CONTRATADA serão considerados apenas como estimativos, prevalecendo às quantidades efetivamente executadas e aprovadas, assinados pela fiscalização.

12.1.2 - Os pagamentos serão realizados mediante a aprovação das medições e atestadas por engenheiro da Contratante, após a vistoria in loco, e apresentação da correspondente fatura.

12.1.3 - Os resultados das medições dos serviços serão lançados em formulário apropriado.

12.1.4 - As medições serão cumulativas.

12.1.5 - Após a medição final, a obra será recebida de acordo com o que dispõe o art. 73 da Lei 8.666/93.

12.2 – O ISSQN – Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza, incide sobre as Notas Fiscais emitidas pela contratada decorrente deste Edital, deverão ser pago ao Município a alíquota de 5% (cinco por cento) sobre a base de cálculo, (determinada de acordo com o Código Tributário Municipal), que deverá ser recolhido aos cofres do Município de acordo com o que dispõe a legislação específica. **13.0**

– DA RESCISÃO

13.1 – O contrato oriundo desta licitação poderá ser rescindido nos seguintes casos:

13.1.1 - Unilateralmente nas hipóteses previstas em lei;

a) Por mútuo acordo entre as partes;

b) Por iniciativa do Município, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, caso a contratada ingresse em processo de falência.

c) Nos demais casos previstos no artigo 78 e nos moldes do art. 79 da Lei 8.666/93, que na hipótese desta licitação se enquadrem. **14.0 - DISPOSIÇÕES GERAIS** 14.1 – Os casos omissos e pendências que não estejam contempladas pelo texto do presente Edital, serão resolvidos pela Comissão de Licitação à luz da Lei Federal nº. 8.666/93 e posteriores alterações.

14.2 – Somente os membros da Comissão de Licitação e os representantes credenciados dos licitantes terão o direito de usar da palavra, rubricar propostas, apresentar reclamações ou recursos, ou mesmo desistir deles, e assinar a Ata.

14.3 – Caso haja necessidade de execução de serviços cujos preços não constarem da proposta contratada, os mesmos serão definidos pela Prefeitura, após solicitação de acordo da Proponente, formalizados através de Termo Aditivo. 14.4 – O Município se reserva o Direito de anular ou revogar a presente licitação nos casos previstos em lei, ou por conveniência administrativa, técnica ou financeira, sem que com isso propicie aos concorrentes direitos de indenização ou reclamação de qualquer natureza.

14.5 – A contratada fica obrigada a aceitar os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor atualizado da obra.





Estado de Mato Grosso

Prefeitura Municipal de Nova Marilândia

14.6 – A contratada se obriga a manter todas as condições de habilitação durante toda a vigência do contrato, especialmente quanto a seguridade social – INSS e FGTS.

14.7 – As obras serão executadas de acordo com as normas técnicas, ficando a Contratada obrigada a garantir nos moldes do Código Civil Brasileiro, sem prejuízo de ter que reparar eventuais defeitos de construção ou material.

14.8 – Quaisquer pedidos de esclarecimentos em relação a eventuais dúvidas de Interpretação no presente Edital deverão ser dirigidos, por escrito ao Presidente da Comissão de Licitação, no endereço constante no preâmbulo, em horário normal de atendimento ao público, ou seja, das 08h00min às 11h30min e das 13h00min às 16h00min horas, de Segunda-feira a Sexta-feira, até **24 (vinte e quatro) horas antes da data marcada para a reunião destinada a habilitação.**

14.9 – Não sendo feito nesse prazo, pressupõe-se que os elementos são suficientemente claros e precisos, não cabendo ao licitante, direito a qualquer reclamação posterior.

14.10 – AO RECEBER A CÓPIA DESTE EDITAL, OS INTERESSADOS DEVERÃO DEIXAR REGISTRADO, NO ÓRGÃO LOCAL DE EXECUÇÃO, O ENDEREÇO PARA QUALQUER CORRESPONDÊNCIA E O TELEFONE, E-MAIL E PESSOA PARA CONTATO.

14.11 – É de responsabilidade exclusiva da empresa contratada vencedora do presente Edital, a colocação de placas de sinalização ou advertências, visando proporcionar segurança ao trânsito durante o prazo de execução e nos locais de execuções das obras e serviços e evitar danos com de qualquer natureza com terceiros ou seus colaboradores.

14.12 – A Contratada deverá afixar a Placa de Obra em local visível;

14.13 - Demais informações poderão ser obtidas através do fone-fax 0XX 65 3352-1135. 14.15 - A participação nesta licitação implica automaticamente na aceitação de todos os seus termos e condições, inclusive no que diz respeito ao futuro contrato. 14.16 – O Foro da Comarca de Arenápolis/MT é o competente para dirimir as divergências oriundas desta licitação, com expressa renúncia de qualquer outro por mais vantagem que ofereça. 14.17 - Os interessados poderão retirar o Edital completo na sala de Licitações, no endereço acima citado, ou pelo site www.novamarilandia.mt.gov.br ou pelo site pmnovamarilandia@hotmail.com.

14.18 – Constituem anexos deste edital:

ANEXO I - Projeto Básico**ANEXO II- Modelo de Carta Proposta de Preços****ANEXO III- Declaração de cumprimento do art. 07, XXXIII, CF/88****ANEXO IV- Carta de Credenciamento****ANEXO V – Minuta do instrumento de contrato**

ANEXO VI - Atestado de Visita do Local da Obra

ANEXO VII – Declaração de DECLÍNIO DA VISITA TÉCNICA

ANEXO VIII– Declaração de inexistência de fatos impeditivos da contratação.**ANEXO IX- Declaração para microempresas e empresas de pequeno porte para benefício do tratamento diferenciado (Lei Complementar Nº. 123 DE 14/12/2006).**

ANEXO X - Declaração formal, da disponibilidade de aparelhamento técnico, adequado e necessário, à realização do objeto ora licitado, sob as penas cabíveis, bem como de ter tomado conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações do objeto da licitação.

ANEXO XI – Declaração De Atendimento À Lei 12.919/2013 (Declaração de Não Servidor)

ANEXO XII- Quadro Resumo dos Encargos Sociais e Trabalhistas adotados pelo Concorrente

ANEXO XIII- Composição do LDI (antigo BDI) – lucro e Despesas Indiretas- adotada pela Licitante.





Estado de Mato Grosso Prefeitura Municipal de Nova Marilândia

NOVA MARILÂNDIA - MT 21 de novembro de 2017.

GEORGE ULBERG DANTAS
Presidente da CPL

Avenida Tiradentes, 211N, Centro, CEP: 78.415-000
Fone: (65) 3352-1135 – Site: www.novamarilandia.mt.gov.br
CNPJ: 37.464.989/0001-02





Estado de Mato Grosso
Prefeitura Municipal de Nova Marilândia

ANEXO I

PROJETO BÁSICO

PLANTAS, PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS E MEMORIAIS DESCRITIVOS

Avenida Tiradentes, 211N, Centro, CEP: 78.415-000
Fone: (65) 3352-1135 – Site: www.novamarilandia.mt.gov.br
CNPJ: 37.464.989/0001-02





Estado de Mato Grosso

Prefeitura Municipal de Nova Marilândia

ANEXO II

MODELO DA CARTA DE PROPOSTA DE PREÇOS _____ - MT, __ de _____ de 2017.

À PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA – MTTOMADA DE PREÇOS Nº 003/2017

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE UMA EMPRESA NA EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS PARA A CONSTRUÇÃO DE CALÇADAS, MEIO-FIO E SINALIZAÇÃO, DE ACORDO COM O CONTRATO DE REPASSE Nº 0348601-22/2010 – MINISTÉRIO DO TURISMO

Prezados Senhores, Pela presente submetemos à vossa apreciação, a nossa proposta relativa à licitação em epígrafe, declarando que: a) - Executaremos as obras e serviços pelo preço global de **R\$.....** (.....), conforme orçamento detalhado no cronograma físico e financeiro anexo, sendo que nenhum preço extra será cobrado. d) - O prazo de execução das obras e serviços é **de ____ (.....) dias**, a contar do recebimento da respectiva ordem de serviço. Assumimos inteira responsabilidade por quaisquer erros ou omissões que venham a ser verificado na preparação desta; e) - Manteremos válida a proposta pelo prazo de 60 (sessenta) dias corridos, contados da data da sua apresentação;

f) - Na execução das obras observaremos, rigorosamente, as especificações das Normas Técnicas Brasileiras, ou similares que permitam a obtenção de igual qualidade, bem como as recomendações e instruções da FISCALIZAÇÃO assumindo, desde já, a integral responsabilidade pela perfeita realização dos trabalhos, de conformidade com as Especificações, Normas e Padrões estabelecidos. Declaramos por fim que aceitamos todas as demais condições do edital. **INFORMAÇÕES DADAS DA**

PROPONENTE Empresa:

_____ Endereço: _____
 _____ CNPJ _____
 _____ Insc. Est. _____
 _____ Fone/fax. _____ E-mail _____
 _____ Nome do responsável _____
 _____ Endereço: _____
 _____ Fone/fax: _____
 _____ E-mail _____ RG _____ CPF _____
 _____ Est. Civil _____
 Profissão _____ Atenciosamente Fulano de Tal _____
 _____ Função/Cargo _____





Estado de Mato Grosso Prefeitura Municipal de Nova Marilândia

ANEXO – III

(MODELO) TOMADA DE PREÇO 003/2017

DECLARAÇÃO DE QUE TODAS AS ATIVIDADES DA EMPRESA NÃO CONTRARIA O DISPOSTO NO ART. 07, XXXIII, DA CF/88

A empresa _____,
CNPJ _____, situada na _____, n,
bairro _____, cidade de _____ - MT, por seu representante legal Senhor
_____, CPF _____, RG _____, declara, sob as
penas da lei, que suas atividades não contraria o disposto no art. 07, XXXIII, da Constituição Federal.
O que declaramos acima e verdade e por isso damos fé.
_____ - _____, _____ de _____ de 2017.

FULANO DE TAL
Diretor





Estado de Mato Grosso

Prefeitura Municipal de Nova Marilândia

ANEXO – I V (MODELO)

CARTA DE CREDENCIAMENTO

A empresa _____, situada na _____, inscrita no CNPJ _____, através do seu (a) diretor (a) Senhor (a) _____, brasileiro, _____, Residente na _____, portador do RG _____ e CPF _____, vem CREDENCIAR o Senhor (a) _____, brasileiro, _____, residente na _____, portador do RG _____ e CPF _____, a quem confere poderes específicos para representá-la em todas as fases e procedimentos da Tomada de Preços ----/2017, realizada pelo Município de Nova Marilândia - MT, podendo para tanto assinar documentos (atas, documentos, recursos, impugnações), apresentar, renunciar e desistir de recursos e impugnações, manifestar-se verbalmente ou por escrito, solicitar esclarecimentos, enfim, praticar todo e qualquer ato necessário ao bom desempenho da representação que o ato requerer, desde que permitido e não defeso por lei. **Por ser verdade, firmo o presente credenciamento.** _____ - MT, ___ de _____ de 2017.
Empresa _____ **Nome** _____ **do** _____ **responsável** _____ **legal**

(É NECESSÁRIO RECONHECER FIRMA)

- OBS. 1 – DEVE SER ELABORADA EM PAPEL TIMBRADO.
2 – PODE SER CREDENCIADA MAIS DE UMA PESSOA.





Estado de Mato Grosso

Prefeitura Municipal de Nova Marilândia

ANEXO - V

(MINUTA)

CONTRATO Nº. ____/____

Contrato de execução de obras e serviços que fazem entre si de um lado o Município de Nova Marilândia e do outro a empresa

O **MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA, Estado de Mato Grosso**, com sede administrativa na Avenida Tiradentes, nº211N, Centro, Nova Marilândia – MT., inscrita no CNPJ-37.464.989/0001-02, neste ato representado pelo Prefeito Municipal **Sr. Wener Klesley dos Santos**, brasileiro, solteiro, bacharel em direito, portador da RG: 0967036-0 SSP/MT, e CPF: 953.137.881-91, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE** e a empresa..... situada na Rua, nº....., Centro,..... – MT., neste ato representada pelo seu proprietário Senhor, brasileiro, casado/solteiro,(empresário), CPF e RG, residente e domiciliado na Rua, nº....., Centro,..... – MT., doravante denominado simplesmente **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente contrato de execução de obra e serviços, decorrente do **processo administrativo ____/2017 e da Tomada de Preços 003/2017** que se regerá pelas normas da Lei 8.666/93 e legislações complementares e pelas cláusulas seguintes.

1.0 - CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E FORMA DE EXECUÇÃO

1.1 - O objeto deste contrato é a execução pela CONTRATADA, sob regime de execução de empreitada por preço global da obra visando a **CONTRATAÇÃO DE UMA EMPRESA NA EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS PARA A CONSTRUÇÃO DE CALÇADAS, MEIO-FIO E SINALIZAÇÃO, DE ACORDO COM O CONTRATO DE REPASSE Nº 0348601-22/2010 – MINISTÉRIO DO TURISMO**, em consonância com PROJETO BÁSICO – desenhos, planilhas orçamentárias e memoriais descritivos, com a Proposta de Preços apresentada pela CONTRATADA, contendo todos os seus anexos, os quais fazem parte integrante deste contrato independentemente de sua transcrição. 1.2 - A CONTRATADA obriga-se a executar os serviços objeto deste contrato de acordo com as prescrições e critérios técnicos vigentes, bem como, a empregar, exclusivamente, materiais de primeira qualidade, obrigando-se ainda:

1.2.1 - Observar e cumprir às normas, recomendações, e a orientações da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas.

1.2.2 - Responsabilizar-se por dispêndios resultante de impostos, taxas, regulamentos e posturas Municipais, Estaduais e Federais, atuais ou não, sem qualquer direito regressivo em relação a CONTRATANTE.

1.2.3 - Regularizar perante o Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CREA - MT, e outros órgãos, este contrato conforme determina a Lei nº. 5.194 de 21.12.66, resolução do CONFEA nº. 104 de 22.05.70, bem como junto ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

1.2.4 - A CONTRATADA é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir às suas expensas, no todo ou em parte, os serviços que se verificarem defeituosos ou incorretos, resultantes da execução ou dos materiais empregados na obra.

1.2.5 - Ao término dos serviços os locais deverão apresentar-se limpos e desimpedidos.

2.0 - CLÁUSULA SEGUNDA - DA FISCALIZAÇÃO, FORMA DE EXECUÇÃO E DO SEU REGIME

Avenida Tiradentes, 211N, Centro, CEP: 78.415-000
Fone: (65) 3352-1135 – Site: www.novamarilandia.mt.gov.br
CNPJ: 37.464.989/0001-02





Estado de Mato Grosso

Prefeitura Municipal de Nova Marilândia

fiscalização de todas as fases dos serviços será feita por Engenheiro civil será feita por Engenheiro civil designado pelo CONTRATANTE. 2.2 – A forma de execução é indireta e o regime e de empreitada por preço global.

2.3 – A CONTRATADA não poderá, sem prévia anuência da CONTRATANTE, transferir a terceiros, no todo ou em parte, a execução do objeto deste contrato, sob pena de inadimplemento contratual com as consequências previstas na Cláusula Décima.

2.4 - O livro Diário de Obra, deverá ser numerado e estar à disposição no local da obra, sendo que, a sua manutenção, aquisição e guarda é de inteira responsabilidade da CONTRATADA, a qual deverá entregar periodicamente, cópia devida ao Engenheiro civil Fiscal do CONTRATANTE, responsável pela Fiscalização, ou a terceiros contratados pela Administração para esse fim.

2.5 - As observações, dúvidas e questionamentos técnicos que porventura surgirem sobre a realização dos trabalhos da CONTRATADA, deverão ser anotados e assinados pela Fiscalização no Diário de Obra, e, aquela se obriga a dar ciência dessas anotações no próprio Livro, através de assinatura de seu engenheiro Civil responsável técnico.

2.6 - Além das anotações obrigatórias sobre serviços em andamento, a CONTRATADA deverá recorrer ao Diário de Obra sempre que surgirem imprevistos decorrentes de acidentes ou condições especiais. Neste caso também é imprescindível a assinatura de ambas as partes no livro, como formalização de concordância com o assunto relatado.

2.7 - Serão obrigatoriamente registrados no Diário de Obra: 2.7.1. Pela CONTRATADA: 2.7.1.1 - Condições meteorológicas prejudiciais ao andamento do trabalho; 2.7.1.2 - Falhas nos serviços de terceiros não sujeitas à sua ingerência; 2.7.1.3 - As consultas à fiscalização; 2.7.1.4 - As datas de conclusão de etapas caracterizadas de acordo com o cronograma; 2.7.1.5 - Acidentes ocorridos no trabalho; 2.7.1.6 - Respostas às interpelações da Fiscalização; 2.7.1.7 - A eventual escassez de material que resulte em dificuldades para execução da obra ou serviço; 2.7.1.8 - Outros fatos que a juízo da CONTRATADA, deverão ser objeto de registro. 2.7.2. Pelo CONTRATANTE através de sua Fiscalização: 2.7.2.1 - Juízo formado sobre o andamento da obra ou serviço, tendo em vista os projetos, especificações, prazos e cronogramas; 2.7.2.2 - Solução às consultas lançadas ou formuladas pela CONTRATADA, no "Diário de Obra"; 2.7.2.3 - Restrições que lhe pareçam cabíveis a respeito do andamento dos trabalhos e do desempenho da empreiteira a sua Equipe; 2.7.2.4 - Determinação de providências para o cumprimento dos projetos, especificações e segurança das obras; 2.7.2.5 - Outros fatos ou observações cujo registro se torne conveniente ao trabalho da fiscalização.

3.0 - CLÁUSULA TERCEIRA - DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS 3.1. Efetuada a última medição e cumprido o disposto na Cláusula Primeira, a CONTRATADA deverá solicitar por escrito ao CONTRATANTE, a emissão do Certificado de Recebimento Provisório da Obra.

3.2. Verificada a perfeita execução dos serviços, o CONTRATANTE, através da Comissão de Fiscalização designada para esta obra, após decorridos 15 (quinze) dias da data do protocolo da solicitação, emitirá o Certificado de Recebimento Provisório da Obra, devidamente assinada pelas partes.

3.3. **O RECEBIMENTO DEFINITIVO** da obra será feito após decorridos **30 (trinta)** dias do recebimento provisório mediante Certificado do Recebimento Definitivo da Obra assinada pelas partes e requerido pela CONTRATADA.

3.4. A **CONTRATADA** será responsável pela reparação da obra executada, **durante 90 (noventa) dias** consecutivos, contados da data do recebimento provisório dos serviços, a partir desta data, a





Estado de Mato Grosso

Prefeitura Municipal de Nova Marilândia

obra será considerada recebida definitivamente, respondendo, ainda, todavia, pela solidez e garantia da mesma, na forma do Art. 1245 do Código Civil Brasileiro.

4.0 - CLÁUSULA QUARTA - VALOR DO CONTRATO E FORMA DE PAGAMENTO 4.1. Pela execução dos serviços, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância total de **R\$** _____, a serem pagos como abaixo especificado, mediante medição mensalmente (Folha de Medição e Quadro Demonstrativo).

4.2. Nos preços estão incluídas todas as despesas pertinentes à execução da obra e serviços, tais como: materiais, transporte, equipamentos, sondagens, mão-de-obra especializada ou não, encargos fiscais, trabalhistas, leis sociais, previdenciários e de segurança do trabalho, ferramentas, seguros, todos os tributos incidentes e demais encargos, inclusive benefícios, taxa de administração e lucro, enfim todos os custos diretos e indiretos, mesmo os não especificados, necessários à execução completa da obra.

4.2.1. O CONTRATANTE designará uma Comissão de Medição, composta por três membros, sendo o Engenheiro civil Fiscal da Obra, que, juntamente com o representante da CONTRATADA, farão a medição mensalmente.

4.2.2. O valor da medição será obtido mediante a aplicação da quantidade de serviços efetivamente executados vezes os preços unitários constantes da planilha apresentada pela CONTRATADA.

4.2.3. Uma vez realizada a medição devidamente assinada, datada e acompanhada do Relatório da Comissão de Medição, deverá ser anexada ao processo, juntamente com o de reajustamento, quando for o caso, até o 3º (terceiro) dia útil após a data da medição.

4.2.4 - Os pagamentos serão realizados mediante a aprovação das medições e atestadas por engenheiro da CONTRATANTE.

4.2.5 O CONTRATANTE efetuará o **pagamento da fatura**, diretamente na Tesouraria, **até o 10º (DÉCIMO) dia útil após a liberação dos recursos nos cofres públicos do município**, considerando-se esta data como limite de vencimento da obrigação, mediante a apresentação da NF/Fatura correspondente.

4.3 - Em havendo alteração unilateral do contrato que aumente os encargos da CONTRATADA, a Administração deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial, conforme Artigo 65, Lei nº. 8.666/93.

4.4 – Dada a Ordem de Serviço pelo CONTRATANTE, a CONTRATADA poderá receber uma medição de **até 5% (cinco por cento) do valor total do Contrato** a Título de Mobilização de Equipamentos e Montagem de Canteiro de Obra.

5.0 - CLÁUSULA QUINTA - PRAZO E PRORROGAÇÃO 5.1 - O **prazo previsto para a execução da obra e serviços** do presente contrato **é de 60(sessenta) dias**, a contar da emissão da ordem de serviços e a vigência do contrato iniciar-se na data de ____/____/2017, e **extinguindo-se em ____/____/2017**, podendo este prazo ser suspenso, interrompido ou prorrogado de comum acordo ou por interesse público, até o máximo permitido em lei.

5.2 - Deverão ser integralmente obedecidos os prazos parciais e totais previsto no Cronograma Físico-Financeiro, apresentado pela CONTRATADA.

5.3 - Durante a vigência deste, o prazo previsto para a execução da obra, poderá ser prorrogado, por solicitação da CONTRATADA e a critério do CONTRATANTE, se verificado e comprovado os seguintes motivos:

5.3.1 - Calamidade pública;





Estado de Mato Grosso

Prefeitura Municipal de Nova Marilândia

5.3.2 - Acidente na obra que avarie, temporariamente, alguma parte executada, uma vez provado que o acidente não decorreu de culpa da CONTRATADA;

5.3.3 - Chuvas copiosas e suas conseqüências;

5.3.4 - Ato ou fato oriundo da Administração do CONTRATANTE;

5.3.5 - Outros casos que se enquadrem no Código Civil da Lei Nº. 8.666/93.

5.4 - Nos casos previstos nos itens 5.3.1 a 5.3.5 do item anterior, a inevitabilidade do fato, a absoluta ausência da culpa da CONTRATADA, a relação direta de causa e efeito, entre o fato alegado e o atraso na execução dos serviços contratados, deverão ser comprovados, documentalmente, pela CONTRATADA, para apreciação preliminar pela Assessoria Jurídica do CONTRATANTE, e posterior decisão da autoridade competente.

5.4.1 - O requerimento da CONTRATADA, nos casos acima mencionados, deverá ser protocolado em prazo não superior a 03 (três) dias corridos da data do ato, fato ou evento alegado como causa do pedido de prorrogação. A comprovação de tempestividade do requerimento de que trata o assunto, deverá ser feito, através do recibo de protocolo do CONTRATANTE.

5.4.2 - Toda suspensão, interrupção ou prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pelo CONTRATANTE.

6.0 - CLÁUSULA SEXTA - DO ACRÉSCIMO OU SUPRESSÃO 6.1. Poderão ocorrer variações para mais ou para menos nas quantidades previstas para as obras, visando economia, ou solução técnica recomendável, ficando mantidos os preços unitários quaisquer que sejam estas variações em cada item, **até o limite de 25% (vinte e cinco por cento)** do valor inicial do contrato, atualizado consoante prevê o § 1º Inciso II, Artigo 65, Lei nº. 8.666/93.

6.2. O Acréscimo ou supressão no valor inicial do contrato, será efetuado, mediante Ordem de Serviço especificada em aditamento contratual.

7.0 - CLÁUSULA SÉTIMA - DOS RECURSOS FINANCEIROS E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA 7.1 -

As despesas decorrentes da execução das obras serão empenhadas na dotação orçamentária:

Secretaria Municipal de Infraestrutura

08.080.01.15.451.0030.1027.4490.51.00.00 f 01240540

028.080.0.1.15.451.0030.1027.4490.51.00.00 f 0100

8.0 - CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO 8.1 - O presente contrato poderá ser rescindido pelo CONTRATANTE, sem interpelação extrajudicial, sem que a CONTRATADA tenha direito a qualquer indenização quando:

8.1.1 - Não cumprir quaisquer das cláusulas contratuais especificações, projetos ou prazos.

8.1.2 - Cumprir irregularmente as cláusulas contratuais, especificações projetos e prazos.

8.1.3 - O atraso injustificado no início da obra.

8.1.4 - A paralisação da obra, sem justa causa e prévia comunicação ao CONTRATANTE.

8.1.5 - Houver subcontratação total ou parcial do objeto contratual, a associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, sem a prévia e a expressa anuência do CONTRATANTE.

8.1.6 - O desatendimento às determinações regulares do Engenheiro Fiscal, ou de seus superiores.

8.1.7 - O cometimento reiterado de faltas na execução deste contrato, devidamente consignado Diário de Obra.

8.1.8 - A decretação de falência do CONTRATANTE, ou a instauração de insolvência civil ou dissolução da Sociedade.

8.1.9. A alteração social ou modificação da finalidade ou de estrutura da CONTRATADA, que prejudique a execução do contrato.





Estado de Mato Grosso

Prefeitura Municipal de Nova Marilândia

8.2. Os casos de rescisão previstos nos itens 8.1.1 a 8.1.9. desta Cláusula, acarretarão as consequências previstas no Artigo 80, da Lei nº. 8.666/93, sem prejuízo das sanções previstas neste contrato.

8.3 - Havendo a rescisão do contrato sem que a CONTRATADA tenha dado causa, terá esta o direito de ser ressarcida dos prejuízos que este ato lhe causar.

8.3.1. Quando o CONTRATANTE, mediante ordem escrita, suspender a execução do contrato, por prazo superior a 150 (cento e cinquenta) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, sendo facultado à CONTRATADA optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação.

8.4. O presente contrato poderá ainda, ser rescindido, por mútuo acordo, atendido a conveniência da CONTRATANTE, mediante documento expresso e fundamentado desta, tendo a CONTRATADA direito de receber o valor dos serviços executados, constante de medição rescisória.

8.5. O CONTRATANTE reserva-se o direito de no caso do não cumprimento do contrato a contento, transferi-lo à segunda colocada no processo licitatório, sem que à CONTRATADA caiba qualquer recurso judicial ou extrajudicial.

8.6 - É direito da administração, no caso de rescisão, usar das prerrogativas do art. 77 da Lei nº. 8.666/93. **9.0 - CLÁUSULA NONA - DAS SANÇÕES E PENALIDADES**

9.1 - Pela inexecução total ou parcial do contrato, a CONTRATADA ficará sujeita às seguintes sanções a juízo do CONTRATANTE, garantido o contraditório e a ampla defesa:

9.1.1 - Advertência;

9.1.2 - Multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, no início ou na conclusão da obra;

9.1.3 - Suspensão do direito de contratar com o Município de Nova Marilândia, na administração direta ou indireta, pelo prazo de 02 (dois) anos.

9.2 - A multa de que trata o item 9.1.2, não exime a reparação de danos, nem impede a aplicação de outras sanções legais previstas.

9.3 - A desistência da CONTRATADA de executar a obra acarretará para a mesma a Multa de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).

9.4 - As multas aplicadas nos termos destas cláusulas serão em primeiro lugar descontadas dos créditos da CONTRATADA, e, não havendo créditos, serão pagas na Tesouraria do Município, em 05 (cinco) dias.

9.5 - O não pagamento no prazo estipulado implicará na inscrição em dívida ativa e cobrança judicial.

10.0 - CLÁUSULA DÉCIMA - GENERALIDADES 10.1. O contrato não poderá ser transferido ou cedido a terceiros, no todo ou em parte, sem prévia e expressa anuência do CONTRATANTE.

10.2. É de inteira responsabilidade da CONTRATADA os danos que causar a terceiros respondendo unilateralmente em toda a sua plenitude pelos mesmos.

10.3. Para solução dos casos omissos, aplica-se a Lei de Licitação e subsidiariamente as normas do Código Civil Brasileiro.

10.4. É parte integrante do presente contrato:

10.4.1. - Proposta de Preços da CONTRATADA.

10.4.2. - Edital de Tomada de Preços nº. 003/2017. 10.5 - As partes declaram-se vinculadas ao edital da Tomada de Preços nº. 003/2017, bem como à proposta da adjudicatária.

11.0- CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA LICITAÇÃO

11.1 - Para celebração do presente Contrato foi instaurado procedimento licitatório na modalidade **TOMADA DE PREÇOS n.º ____/2017**, a qual o CONTRATANTE e a CONTRATADA encontram-se vinculadas ao seu edital e a proposta da adjudicatária.





Estado de Mato Grosso

Prefeitura Municipal de Nova Marilândia

12.0- CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO

12.1 - O acompanhamento, fiscalização, orientação pertinentes ao contrato, serão exercidos pelo CONTRATANTE através do fiscal de contrato nomeada através de portaria pelo prefeito, que receberá uma cópia do presente CONTRATO, e a fiscalização de todas as fases dos serviços será feita por Engenheiro civil designado pelo CONTRATANTE. , que anotará em registro próprio as ocorrências e falhas detectadas na sua execução e comunicará às interessadas os fatos que, ao seu critério, exigirem medidas corretivas por parte da mesma.

13.0 - CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO 13.1. Elege-se o Foro da Comarca de Arenópolis - MT, para dirimir todas as questões inerentes deste contrato, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. E por estarem assim justas, combinadas e contratadas, assinam este instrumento as partes, por seus representantes, na presença das testemunhas abaixo, a tudo presente.

CERTIFIQUE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE –SE.

Nova Marilândia - MT,.....de de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL NOVA MARILANDIA
CONTRATANTE

XX

CONTRATADA

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:





Estado de Mato Grosso
Prefeitura Municipal de Nova Marilândia

ANEXO VI

ATESTADO DE VISITA AO LOCAL DA OBRA

**Referencial
TOMADA DE PREÇO 003/2017**

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE UMA EMPRESA NA EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS PARA A CONSTRUÇÃO DE CALÇADAS, MEIO-FIO E SINALIZAÇÃO, DE ACORDO COM O CONTRATO DE REPASSE Nº 0348601-22/2010 – MINISTÉRIO DO TURISMO

Atestamos para os fins de participação no certame supracitado, que a empresa _____, CNPJ- _____, através do seu Engenheiro Senhor _____, CREA / ____ n.º _____, visitou, nesta data o local da obra em epígrafe, e lá tomou conhecimento de todos os seus detalhamentos e peculiaridades.

Por ser verdade, firmamos o presente atestado.

NOVA MARILÂNDIA – MT., ----- DE ----- DE 2017.

**GEORGE ULBERG DANTAS
PRESIDENTE DA CPL**

RECEBIDO ___/___/___

Avenida Tiradentes, 211N, Centro, CEP: 78.415-000
Fone: (65) 3352-1135 – Site: www.novamarilandia.mt.gov.br
CNPJ: 37.464.989/0001-02





**Estado de Mato Grosso
Prefeitura Municipal de Nova Marilândia**

ANEXO II

MODELO DE DECLARAÇÃO DE DECLÍNIO DE VISITA TÉCNICA

TOMADA DE PREÇOS 003/2017

À Comissão Permanente de Licitação de Nova Marilândia – MT

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, por meio de seu representante legal, o (a) Sr. (a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF _____, nos termos do Acórdão nº 409/2006 – TCU – Plenário, declina do direito de realizar a Visita Técnica prevista no Edital sob comento e declara ter conhecimento integral das condições do local das obras, sob pena de inabilitação. Declara ainda, ter ciência de que o Município de Nova Marilândia-MT fica isenta de qualquer responsabilidade decorrente do desconhecimento, por sua parte, das condições da execução das obras e serviços, não sendo admitida qualquer alegação posterior.

Local e Data

Assinatura do Responsável ou Representante Legal da empresa
Nome, Cargo e Nº da Identidade





Estado de Mato Grosso

Prefeitura Municipal de Nova Marilândia

ANEXO - VIII

(MODELO) DECLARAÇÃO DE FATO ANTERIOR OU SUPERVENIENTE

A empresa _____, CNPJ _____ e Inscrição estadual _____, situada na _____, neste ato representada pelo seu Senhor _____, brasileiro, casado, CPF _____ RG _____, para fins de participação na Tomada de Preços nº. **003/2017**, DECLARA, sob as penas da Lei , que não existem fatos anteriores e nem poderão existir fatos futuros à data da realização desta licitação que venham a impossibilitar a contratação com a Administração ou que mesmo que venha comprovar sua inabilitação para esse certame.

E por ser verdade, firmamos a presente. _____ - _____, _____ de _____ de 2017.

Nome da empresa, do seu representante legal e assinatura

(papel timbrado da empresa)





Estado de Mato Grosso
Prefeitura Municipal de Nova Marilândia

ANEXO IX

MODELO

DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE PARA BENEFICIO DO TRATAMENTO DIFERENCIADO (LEI COMPLEMENTAR Nº. 123 DE 14/12/2006)

A empresa: _____, CNPJ nº _____, tendo como representante o Senhor: _____, portador do RG: _____ e do CPF nº _____. Para fins de participação na **tomada de preço 003/2017**, declaramos sob as penas da lei, que nossa empresa se enquadra como **MICROEMPRESA/EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, para seja dado o tratamento diferenciado concedido a essas empresas com base nos artigos 42 a 45 da Lei Complementar nº. 123/2006.

Declaramos ainda, que não existe qualquer impedimento entre os previstos nos incisos do § 4º do artigo 3º da Lei Complementar Federal nº. 123/2006.

_____ de _____ de 2017.

(nome e assinatura do representante ou sócio da empresa)

(papel timbrado da empresa)





Estado de Mato Grosso
Prefeitura Municipal de Nova Marilândia

ANEXO – X
(MODELO)

TOMADA DE PREÇO 003/2017

DECLARAÇÃO FORMAL, DA DISPONIBILIDADE DE APARELHAMENTO TÉCNICO, ADEQUADO E NECESSÁRIO, À REALIZAÇÃO DO OBJETO ORA LICITADO, SOB AS PENAS CABÍVEIS, BEM COMO DE TER TOMADO CONHECIMENTO DE TODAS AS INFORMAÇÕES E DAS CONDIÇÕES LOCAIS PARA O CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES DO OBJETO DA LICITAÇÃO.

A empresa _____, CNPJ _____, situada na _____, n° _____, bairro _____, cidade de _____ - MT, por seu representante legal Sr. _____, CPF _____, RG _____, declara, sob as penas da lei, que utilizaremos os equipamentos e a equipe técnica e administrativa que forem necessárias para a perfeita execução dos serviços, comprometendo-nos desde já, a substituir ou aumentar a quantidade dos equipamentos e de pessoal desde que assim o exija a FISCALIZAÇÃO

O que declaramos acima e verdade e por isso damos fé.

_____ - _____, _____ de _____ de 2017. FULANO DE TAL
Diretor

(papel timbrado da empresa)





Estado de Mato Grosso
Prefeitura Municipal de Nova Marilândia

ANEXO XI

DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À LEI 12.919/2013

Tomada de Preços 003/2017

Declara que não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, em atendimento à vedação disposta no subitem 3.5.1, alínea "c", sendo de inteira responsabilidade do Contratado a fiscalização dessa vedação (Art. 18, XII, Lei 12.919/2013) .

Local, data

Assinatura do representante

Alínea (c) - Pagamento, a qualquer título, a empresas privadas que tenham em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, por serviços prestados, inclusive consultoria e assistência técnica, salvo nas hipóteses previstas na LDO, comprovadas pelo Proponente;

(papel timbrado da empresa)





Estado de Mato Grosso
Prefeitura Municipal de Nova Marilândia

ANEXO XII					
COMPOSIÇÃO DO LDI (LUCRO E DESPESAS INDIRETAS)					
ITENS DE VALOR PERCENTUAL FIXO E OBRIGATÓRIO		% SOBRE PV	% SOBRE CD		
A – PIS	% de PV				
B – COFINS	% de PV				
<i>sub - total</i>					
ITENS DE VALOR PERCENTUAL VARIÁVEL					
COM O TIPO DA OBRA OU SERVIÇO					
D - ISS	% de PV				
E - Administração	% de CD				
F - Custos Financeiros	SELIC/12 do (PV - Margem)				
G - Margem	% de PV				
<i>sub - total</i>					
LDI					
Custos Diretos - CD					
Preço de Venda - PV					
PIS , COFINS - IN / SRF nº 306 de 12 / 03 / 03					
LDI - TOTAL = %					
PV - Preço de venda					
CD - Custo Direto					
E - Administração Central + Administração Local					
SELIC - %					
Edital:					
TOMADA DE PREÇO Nº 003/2017					
Obra:					
LOCAL, DATA ASSINATURA					





Estado de Mato Grosso
Prefeitura Municipal de Nova Marilândia

ANEXO XIII

TP Nº 003/2017

OBRA:

RESUMO DOS ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS

REGIME DE CONTRATAÇÃO :

CONTRATO DIRETO DOS SERVIÇOS

SALÁRIO: HORÁRIO

REGIME DE TRABALHO: NORMAL

GRUPO A

PERCENTAGEM

INSS

FGTS

SESI

SENAI

INCRA

Salário Educação

Seguro Acidente de Trabalho

SEBRAE

TOTAL DO GRUPO A

GRUPO B

PERCENTAGEM

Repouso Remunerado

Feriados e Dias Santificados

Férias e 1/3 de férias

Auxílio Doença

Acidente de trabalho

13º Salário

Licença Paternidade

Faltas Justificadas

TOTAL GRUPO B

GRUPO C

PERCENTAGEM

Multa por Recisão Contrato Trabalho s / Justa Causa

Aviso Prévio Indenizado

Indenização Adicional

TOTAL GRUPO C

GRUPO D

PERCENTAGEM

Incidência do Grupo A sobre o B

Incidência da Multa FGTS sobre 13º Salário

TOTAL GRUPO D

TOTAL DOS ENCARGOS

